

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 1884 AML 2018

DATA 16/11/2018

Guade Lima

8ª Comissão Permanente
Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança

Parecer

Relativo à Proposta n.º 683/CM/2018 – “Submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à rede POLIS, nos termos da proposta”.

NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 683/CM/2018¹, subscrita pelo vereador Miguel Feliciano Gaspar, titular do Pelouro da Mobilidade, aprovada por unanimidade, na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa (CML) de 25 de Outubro de 2018, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) a adesão do Município de Lisboa à rede POLIS, e autorizar a realização da despesa no montante de 10.395,00 € (dez mil trezentos e noventa e cinco euros) anuais para pagamento da respectiva quota, com o enquadramento na orgânica 18.00, rubrica económica 06.02.03.03, Extra plano, do orçamento em vigor para o ano de 2018.

Tendo a Proposta sido remetida por despacho do Presidente em exercício da AML, para a 8ª Comissão Permanente – Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, a fim de ser apreciada e consequentemente emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML.

I. CONSIDERANDOS

Enquadramento

A mobilidade é uma das áreas com maior impacto na qualidade de vida da cidade de Lisboa, num contexto onde se verifica uma acentuada pendularidade nas deslocações ao nível da Área Metropolitana, centrada sobretudo em Lisboa, e que tem como consequência imediata a entrada diária de mais de 370 mil automóveis na cidade, com o consequente impacto ambiental, energético e social.

A estes factores acresce ainda o acelerado crescimento do número de visitantes da cidade e a redução da procura de transporte público ocorrida nos últimos anos, situação que urge reverter com a melhoria da atractividade da oferta, bem como uma crescente utilização de modos ativos de deslocação na cidade e uma oferta crescente de novos serviços inovadores de mobilidade, partilhados e de acesso através de plataformas eletrónicas, que representam uma alteração profunda na actual oferta do sistema de mobilidade da cidade.

¹ Doravante designada apenas por Proposta.

Verifica-se ainda que o sector da mobilidade é actualmente responsável por cerca de 40% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da cidade de Lisboa.

Na sequência da ratificação da emenda do Protocolo de Quioto para o período 2013-2020, Portugal comprometeu-se juntamente com os restantes países da União Europeia, no âmbito da preparação do Acordo de Paris, a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) nacionais.

Face a este cenário, o Município de Lisboa assumiu desde cedo como prioridade estratégica o combate à emissão de gases com efeito de estufa, tendo sido a primeira capital europeia a subscrever o novo Pacto Global do Autarcas para a Energia e Clima, em 2016, onde se comprometeu a reduzir as emissões de GEE em 40% até 2030, pelo que neste contexto o sector da mobilidade e dos transportes assume particular preponderância.

Em 2017 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), a qual foi igualmente aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal.

A cidade de Lisboa foi finalista do “European Mobility Week Award 2015”, do “European Mobility Week Award 2016” e do “European Green Capital Award 2019” e será a Capital Europeia Verde em 2020, sendo reconhecido internacionalmente o compromisso do Município de Lisboa na promoção de políticas tendentes ao combate e mitigação dos efeitos decorrentes das alterações climáticas e do desenvolvimento sustentável, de que são exemplos concretos ações como a aquisição de autocarros elétricos para a frota da Carris, a implementação da central de produção de energia solar, o aumento previsto da oferta da rede de serviço de Elétricos, ou ainda a promoção de um sistema de bicicletas partilhadas.

Análise da Proposta

A rede “POLIS - Cities and Regions for Transport Innovation”, é uma associação internacional sem fins lucrativos com sede em Bruxelas, juntando cidades e regiões europeias, no trabalho por uma mobilidade sustentável e na inovação no transporte local.

De acordo com a Proposta, a rede POLIS, associação criada em 1989, é reconhecidamente a mais importante rede de cidades e regiões com foco na área da mobilidade urbana sustentável e segura e na inovação nos transportes, integrando cidades e regiões tão diversas como Amsterdão, Aalborg, Barcelona, Bilbao, Bolonha, Berlim, Catalunha, Londres, Milão, Roma, Praga, entre outras, tendo como principais objectivos:

- O desenvolvimento de iniciativas políticas e de inovação na área da mobilidade urbana;
- A troca de conhecimento e experiência entre os seus associados;
- A facilitação do diálogo e cooperação entre as cidades e regiões da rede e entre estas e as restantes instituições do sector;
- O debate sobre os temas mais importantes da mobilidade e transportes e a sistematização de opiniões conjuntas que são divulgadas nos fóruns internacionais;
- A representação das cidades e regiões junto de outras instituições, em especial junto das Instituições Europeias;
- O incentivo à criação e adopção de medidas de sustentabilidade e segurança dos sistemas de transportes, nomeadamente no que concerne à criação de legislação e à atribuição de fundos;

Face aos desafios na área da mobilidade é do interesse de Lisboa associar-se às cidades que mais se têm destacado no desenvolvimento de soluções sustentáveis e eficazes para os grandes desafios da mobilidade, beneficiando assim da troca de informação e das ferramentas de apoio à decisão e implementação de soluções de mobilidade sustentável.

A adesão será concedida mediante a aprovação da candidatura pelo Comité de Gestão da rede POLIS, e implica o pagamento de uma contribuição anual no montante de 10.395,00€ (dez mil trezentos e noventa e cinco euros), destinada a financiar a prossecução dos seus objetivos e actividades.

Não tiveram lugar quaisquer audições no âmbito da análise da presente proposta.

II. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 8ª Comissão Permanente – Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, bem como o Deputado Municipal Relator, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal, onde será debatida e votada a Proposta.

III. CONCLUSÕES

A rede POLIS é associação internacional sem fins lucrativos, constituindo uma rede de cidades e regiões europeias que apoiam a mobilidade sustentável e a inovação no transporte.

Entre os principais objectivos da rede sublinha-se o intercâmbio de experiências entre os seus Membros relativas à melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente no que diz respeito às condições para uma mobilidade urbana sustentável através da aplicação de novas tecnologias nas áreas do transporte, ambiente, energia e áreas afins, ao aprofundamento do conhecimento sobre tecnologias inovadoras nessas áreas e à contribuição para a harmonização e padronização da tecnologia, reunindo utilizadores, operadores, indústria, ciência e instituições europeias.

Da análise da Proposta e da sua pertinência, conclui-se que poderá vir a ser benéfico para o Município de Lisboa integrar esta rede como membro efectivo, em virtude do potencial de conhecimento a adquirir e das boas práticas que daí podem resultar, com potenciais benefícios na melhoria da qualidade de vida na cidade.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto do artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa.

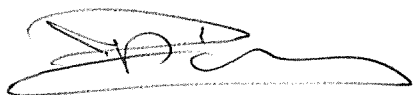
IV. ANEXOS

O Deputado Municipal Relator não considerou necessário a junção ao presente parecer de anexos nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade das forças políticas.

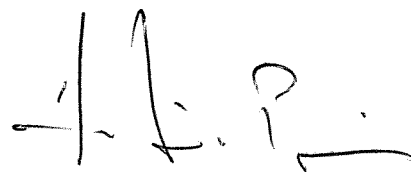
Lisboa, 16 de Novembro de 2018.

O Deputado Municipal Relator



João Valente Pires

O Presidente da 8ª Comissão



António Proa